

## Concepções e práticas rebeldes na Bahia do século XIX

DILTON OLIVEIRA DE ARAÚJO\*

O objetivo deste texto é discutir as transformações por que passaram as formas de intervenção política antigovernamentais, habitualmente marcadas pela radicalidade das suas concepções e das suas práticas, após o longo período de rebeliões e inquietações vivenciado pela Província da Bahia nas décadas iniciais do Império. Trata-se de identificar e de interpretar, ancorando-me nos contextos mais amplos das relações de poder na sociedade baiana, o relativo e paulatino declínio das concepções rebeldes na vida política provincial, destacadamente a partir da derrota da Sabinada em 1838, e a emergência e crescente predominância de novos comportamentos políticos, em larga medida distanciados das práticas radicais e das proclamações militares típicas do período anterior, comumente associadas ao antilusitanismo, ao federalismo e ao republicanismo.

Advirto, de imediato, como já expus mais longamente em trabalho anterior (ARAÚJO, 2009), que as mudanças de comportamento apontadas não se operaram subitamente após o fim do movimento rebelde, do mesmo modo como não é aceitável a constatação de que a sociedade baiana tenha passado a vivenciar uma situação de paz política imediatamente após o fim da Sabinada. E essas são questões correlatas. Por constituir-se em alterações dos comportamentos políticos, das atitudes e das concepções relacionadas à maneira de solucionar as divergências entre os grupos e classes no interior da sociedade, estão necessariamente inseridas no âmbito da cultura, neste caso, da cultura política daquela sociedade, e suas alterações não acontecem com rapidez, mas em um tempo mais amplo, como buscarei demonstrar na sequência.

Não foi à toa que jornais legalistas, a exemplo do *Correio Mercantil*, criado em 1836, e que assumidamente representava os interesses de conservação na sociedade baiana daquela fase histórica, adotaram programas políticos de combate diuturno a toda e qualquer *fumaça* de rebelião e de contestação ao poder vigente que se apresentasse na Bahia. A leitura das suas páginas, desde o dia 2 de abril de 1838, quando voltou a ser

---

\* Universidade Federal da Bahia, Doutor em História, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História

publicado, e durante vários anos, evidencia com clareza a existência de uma preocupação de construção da paz, de aniquilação de todo foco rebelde, de prevenção quanto às possibilidades de aparecimento de novas rebeliões, fossem as *malesadas* ou insurreições de africanos, tão presentes nas palavras e no imaginário dos editores, fossem aquelas a serem promovidas pelas corporações militares em associação com civis livres e pobres. Eram denúncias que visavam à extinção de práticas que, de alguma maneira, tornaram-se corriqueiras e se inscreviam no contexto das atitudes cotidianas das lideranças políticas oposicionistas radicais. Havia uma cultura a ser superada e esses sujeitos, como eram os redatores do *Correio Mercantil*, compreendiam muito bem o que estava em jogo naquele momento histórico, e que a rebelião de 1837 colocara em risco.

Mas esse quadro, essa cultura política que emergira com as práticas rebeldes, somente começara a configurar-se a partir do ano de 1821. Antes disso, o Estado português não teve qualquer atitude de tolerância para com as movimentações políticas na sua colônia americana como um todo, assim como também não foi permissiva na capitania da Bahia. Movimentos ocorreram, sendo hoje bastante conhecidos e estudados, mas, inseridos em um contexto da cultura política do Antigo Regime, mesmo que matizado, enfrentaram a dureza da mais pesada repressão oficial e a classificação como crimes de lesa-majestade, com a consequente condenação à morte de algumas das suas lideranças. Foi assim com as rebeliões de Minas, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, este último em 1801 e, mais gravemente, em 1817.

Não é aceitável, entretanto, como professam algumas interpretações mais ou menos estabelecidas na historiografia, que a sedição que se tentou realizar em 1798, reconhecida a sua extrema ousadia em um contexto cultural amplamente desfavorável (JANCSÓ, 1997), tenha sido capaz de estabelecer uma fecunda tradição rebelde a prolongar-se no tempo e na história da Capitania, estendendo-se e espraiando-se pelas décadas seguintes, mesmo que seja possível aceitar que muitos dos problemas cotidianos vivenciados pela massa pobre da população, pelos artesãos e soldados envolvidos nas rebeliões das décadas de 1820 e 1830, fincassem as suas raízes em remotos tempos da vida colonial. Mas é preciso compreender que essas contradições não definem, por si sós, as concepções ou as atitudes adotadas pelos atores sociais, sendo de crucial importância para isso o ambiente mais geral no qual esses atores se encontram inseridos a cada conjuntura.

Pode-se dizer que a alteração desse quadro ocorreu de um só golpe, exatamente no ano de 1821, na esteira da Revolução do Porto, que, ao estabelecer uma dualidade de poderes, cujos polos se localizavam no Rei que se encontrava no Rio de Janeiro e nas Cortes que se formaram em Lisboa a partir de agosto de 1820, criaram uma ambiência na qual os referenciais políticos absolutistas foram jogadas por terra de súbito, mesmo que ainda não em caráter definitivo. A Revolução do Porto, com pretensões de submeter o Rei e fazendo-o jurar as bases de uma constituição que viria a ser escrita, ao criar um segundo polo de poder, estabeleceu, pela sua própria ocorrência, novas condições para a vida política no império português, sobretudo na medida que serviram ao fortalecimento do constitucionalismo e ao poder dos constituintes de Lisboa.

O Rei D. João VI recebeu o golpe, tendo os seus poderes limitados. As movimentações políticas que sucederam a Revolução de agosto em Portugal, dessa forma, por contingência desta primeira, não poderiam ser mais enquadradas, como antes eram, no campo das atitudes criminosas, da maneira como o foram aquelas citadas acima. De um só golpe, os referenciais que sustentavam essas posições anteriormente sólidas, ou seja o respeito ao princípio dinástico, a sagrada figura do Rei, caíram por terra, dando início a um rápido processo de mudança no âmbito da cultura política, erigindo-se novos princípios, ante os quais, mudava-se a compreensão sobre as práticas políticas a serem permitidas ou toleradas daí em diante.

Assim foi que, na Bahia, assim como em outras capitânicas, agora em vias de transformar-se em províncias da nação portuguesa, eclodiu a revolução de 10 de fevereiro de 1821, inaugural dessa nova prática política de contestação. Conquanto contrária ao Rei, essa revolução ancorava-se na força das novas concepções políticas e ideológicas que emanavam do Reino europeu, e sobretudo nas forças das armas revolucionárias que agora passavam a impor ao próprio Rei algo que até há bem pouco tempo era impensável e inimaginável no contexto da nação portuguesa. Sendo legítima ou legitimada, terminou por favorecer inúmeras outras manifestações, compreendendo alianças amplas de classes e de grupos políticos, a exemplo do que se deu na Bahia em fevereiro.

A par com a liberdade de imprensa, também consequência das políticas emanadas das Cortes de Lisboa, as forças sociais de imediato passaram a adotar práticas que não eram aceitáveis no contexto recentemente extinto. E isso tornou-se prática

costumeira daí em diante, até que, pouco a pouco, cerca de três décadas depois, passassem a ser constrangidas e eliminadas como atitudes corriqueiras e práticas costumeiras para a resolução dos problemas políticos da sociedade brasileira e da Bahia em particular.

Portanto, antes do ano de 1821, afora as revoltas promovidas por grupos de africanos, mais ou menos corriqueiras no território da capital da Capitania e no Recôncavo (REIS, 2003; SCHWARTZ, 1988) a única manifestação de oposição radical às autoridades ocorrida na Bahia foi a tentativa rebelde de 1798, ante a qual essas mesmas autoridades agiram com rapidez e diligência, de forma a punir de maneira rigorosa alguns dos participantes, executando-os nas formas cruéis prescritas pelas normas de direito ainda prevalentes na cultura jurídica do Antigo Regime (FOUCAULT, 2009), com execuções públicas e espetaculares em praça pública (TAVARES, 1975; JANCÓS, 1996; JANCÓS, 1997).

Dessa maneira, a interpretação de que tenha havido uma natural sequência entre as revoltas políticas e sociais posteriores ao ano de 1821 e a então já relativamente remota rebelião dos Alfaiates, passados quase 23 anos, é algo que deve ser questionado. Dadas as novas condições da vida política abertas pela Revolução Regeneradora do Porto, de 1820, no próprio território colonial foi inaugurada uma conjuntura na qual revoltas populares e tentativas de implantação de governos rebeldes se sucederam, referenciadas, no mais das vezes, por concepções que se vinculavam a interesses regionais ante uma nacionalidade que recentemente havia sido inaugurada e, em grande medida, imposta. São dignos de nota os recorrentes movimentos antilusitanos que se espalharam por vários cantos do país, mas que adquiriram intensidade na Bahia, com a elaboração de listas de portugueses a serem expulsos e movimentações que ocupavam o espaço público das ruas.

Na Bahia, além dos movimentos antilusitanos dos anos 1820, deve-se mencionar, a título de exemplo, ainda no Primeiro Reinado, o levante do Batalhão dos Periquitos, de 1824, formado por soldados negros oriundos, vários deles, da condição recente de escravos, emancipados em razão da sua participação nas batalhas da independência na Bahia (TAVARES, 2005; TAVARES, 2003) a rebelião do Forte do Barbalho, em 4 de abril de 1831, que depôs o Comandante das Armas e provocou a renúncia do Presidente da Província (SILVA, 1919-1940); a grande onda de agitações antiportuguesas que

ocorreu durante esse mesmo ano, na Capital e em outros municípios; as rebeliões federalistas de 1831 a 1833 (ARAS, 1995); a Sabinada, em 1837 (SOUZA, 1987). Duas décadas de experiências.

Foram duas décadas, abertas as comportas do absolutismo ainda no tempo de D. João VI, nas quais a experiência política coletiva fez emergir uma sistemática ação rebelde, as proclamações de chefes militares, a forma política de resolução de problemas pela força das armas e dos quartéis, como o caminho, por excelência, a ser utilizada pelos grupos opositoristas mais radicais, tivessem eles propósitos republicanos, federalistas ou antilusitanos, ou, mesmo, associadas essas proposições de variadas maneiras.

Talvez a própria inserção da população pobre nas lutas pela expulsão das tropas portuguesas em 1822 e 1823 tenha sido elemento propulsor de magnitude, encorajando-a, no período de paz subsequente, a cobrar a conta, buscando radicalizar as expulsões daqueles que eram conhecidos por marotos e tantas outras denominações.

A relativa abertura proporcionada pela liberdade de imprensa a partir de 1821 por certo contribuiu para esse quadro, ao estabelecer, no dizer de Marco Morel, a possibilidade da expressão pública de outras opiniões além da opinião do Rei (MOREL, 2003, p. 23), situação esta que fica bem evidenciada pela profusão de periódicos após a ocorrência da Revolução Regeneradora do Porto em 1820 e os seus efeitos quase imediatos no Reino americano. Era também uma experiência política recentíssima, um aprendizado a ser estabelecido nos anos seguintes.

É certo que as experiências acima expostas, somadas ao impulso certamente antes represado sobre essas parcelas da população que ora se mobilizavam, foram decisivas para que elas passassem a trilhar um caminho praticamente desconhecido sob o Antigo Regime, ainda em voga no Brasil até 1821. São novas as condições da vida política, e aqui tomo de empréstimo os termos usados por Denis Bernardes (BERNARDES, 2006), e são elas que nos conduzem à constatação de que a sociedade passaria a incorporar e a partilhar uma nova cultura política, no âmbito da qual a rebeldia e as manifestações públicas de amplos setores constituía dela parte importante.

Dessa maneira, nas décadas seguintes, as práticas radicais se tornariam recorrentes. Estabeleceriam uma espécie de continuidade cuja marca mais fundamental seria a participação continuada e repetida dos seus líderes nos processos de luta rebelde.

Assim, podemos perceber a tradição, o estabelecimento de uma tradição. Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira já se manifestara politicamente durante o período da própria guerra da independência e estaria também presente em 1837, com a revolta que terminaria por consagrar o seu nome.

Manuel Pedro de Freitas Guimarães emergiu como líder no movimento constitucionalista de 10 de fevereiro de 1821, aclamado pela tropa como comandante das armas da Bahia vintista, que acabara de depor o Governador e de erigir uma junta para governar a Capitania, rebelando-se contra o Rei. Já em 1837, mesmo doente e vindo a morrer logo em seguida, Manuel Pedro ainda se fazia presente e dava o seu apoio à rebelião.

Ao longo da década de 1830, inúmeros civis e militares percorreriam esse mesmo caminho, a exemplo de Daniel Gomes de Freitas, Alexandre do Carmo Sucupira, João Primo, Domingos Guedes Cabral, entre outros tantos que, mais ou menos intensamente, perseguiriam caminhos políticos radicalizados, rebeldes ou revolucionários, para a consecução dos seus objetivos.

Aqui defendo a ideia de que esse quadro de rebeliões, que se vinculou a uma compreensão determinada a respeito das formas de solucionar os conflitos e contradições na sociedade, constitui-se em componente importante de uma cultura política que, após suceder aquela que por algum tempo foi dominante e típica do Antigo Regime, encontra-se em vias de mudança para um outro estágio, no qual deixará paulatinamente de compor o cotidiano e a vida política da Província.

São tempos em que se ensaia a pacificação, são tempos em que lideranças e massas da população assimilavam novas regras de convívio, muito em razão da forte repressão e eliminação de líderes e participantes, mas também em razão da emergência de referenciais como a vida parlamentar na Província, iniciada fazia pouco tempo, com a criação das assembleias provinciais. Iniciava-se um novo aprendizado para essas massas e lideranças, e que Wanderlei Pinho detectou, ao observar que “À política militar-demagógica, de ação direta e violenta, seguiu-se a eleitoral-parlamentar, muito estimulada e ajudada pelos êxitos e famas de tribuna na Assembleia Provincial” (PINHO, 1972).

Se os anos iniciais da década de 1820 impuseram um aprendizado inserido em um ambiente cultural em mudança, em um terreno social e político no qual antes

inexistiam práticas rebeldes, o período pós-Sabinada, em razão da dura derrota imposta aos rebeldes e dos movimentos partidários e institucionais que apontavam para uma via de conciliação e fortalecimento do Estado, inaugurará uma fase de retração que, conquanto não se estabeleça de imediato, reorientará paulatinamente os processos de luta dos líderes radicais, federalistas e/ou republicanos, para a adoção de outras atitudes práticas no interior das crises.

São mudanças que se operam no âmbito da cultura e modificam, em parte ou no todo, a cultura política vigente. O aprendizado político anterior, já indicado acima, conduziu líderes e liderados à compreensão de que a proclamação militar e o assalto ao poder, o golpe de mão, eram a forma por excelência para resolver divergências e conflitos que vinham de longa data. Em 1821, a 10 de fevereiro, a revolução constitucionalista envolveu um amplo espectro da sociedade, desde setores dominantes, parte da elite local, militares de média e baixa patente e os portugueses comerciantes do bairro do Comércio.

Com o passar do tempo, e não foi necessário que muito transcorresse, essa unidade foi quebrada. Camadas da população pobre e lideranças radicais iniciaram assim um processo de aprendizado cuja referência única na história da sociedade baiana havia sido a já relativamente distante tentativa rebelde de 1798, cujo legado para o futuro ainda carece de pesquisa e melhor interpretação. A partir das cisões de 1821, iniciava-se efetivamente uma nova experiência, cujo momento inaugural pode ter sido o das escaramuças de fevereiro de 1822, quando a população pobre e negra da Cidade do Salvador movimentou-se perigosamente em torno da oposição à posse de Madeira de Melo no Comando das Armas e por objetivos outros (REIS, 1989; ARAÚJO, 2001b; TAVARES, 2005). Essa trajetória e aprendizado tiveram sequência nos anos seguintes, em movimentos vários que já foram comentados acima. Estabeleceu formas novas, antes impensadas, de resolução dos entraves e contradições, das divergências com as políticas dos governos, e cuja característica mais marcante era o enfrentamento armado, sobretudo utilizando a força dos batalhões, estes com certa tradição de rebeldia e composto por indivíduos com alguma condição prática de sublevar-se no contexto daquela sociedade.

Esse processo, que teve o seu apogeu nas revoltas da década de 1830, sobretudo com a Sabinada, última rebelião e a mais contundente entre todas as que se praticou na

Bahia, pois desalojou do poder aqueles que antes o ocupavam, começa a se reverter exatamente com a derrota imposta em março de 1838, em uma perspectiva contrarrevolucionária iniciada então na sociedade baiana.

Uma mudança cultural não se faria sem que se atingisse fortemente a base de sustentação da rebelião. E foi o que se deu com o desmonte do pós-Sabinada. Não foram só as lideranças que foram atingidas pela fúria legalista que se manifestou a partir de março de 1838. A própria conquista da Cidade, entre os dias 14 e 16 de março, foi já significativa para o que viria depois. Foram quase 1.300 mortos nos enfrentamentos, a maioria dos mortos sendo gente simples da população baiana (SOUZA, 1987; ARAÚJO, 1998-1999). Foram quase 3.000 presos, número que supera em muito a quantidade das lideranças que esteve atuando no processo e conduzindo as atividades do governo rebelde (SOUZA, 1987; ARAÚJO, 2009a). Demissões de empregados públicos foi medida comum, mesmo que vários deles viessem a recuperar, nos anos que se seguiram, os seus antigos empregos.

Muitos dos rebeldes eram soldados ou militares de baixa patente e a repressão sobre eles foi extremamente pesada. Não somente a prisão, mas sobretudo o envio para fora da província, com destaque para aquelas onde ocorriam rebeliões, para as quais os rebeldes baianos eram enviados para serem soldados repressores, legalistas. Mais de 1.000 soldados saíram da Bahia com essa tarefa, muitos deles jamais tendo retornado à terra. Outros 200 foram enviados sem julgamento ou culpa formada para Fernando de Noronha, retornando alquebrados pouco mais da metade, cerca de três anos depois.

Esses são apenas alguns dados, mas que são significativos para demonstrar que a repressão feita pelos legalistas não somente atingiu líderes, mas golpeou a massa da população que, ousadamente, apostara em saídas não convencionais para as crises em que estavam inseridos. Sendo formas de luta e de resolução de contrastes e conflitos incorporadas às práticas e à compreensão dessas massas, pode-se entendê-las como inseridas no âmbito da cultura, como parte de uma cultura política que se transformava desde décadas antes. Daí em diante, com a derrota do movimento rebelde de 1837-1838, o que se vai presenciar é uma ação, seja governamental, seja dos periódicos da imprensa conservadora, seja dos líderes políticos baianos, de inibir esse espírito, essa postura que até então, adquiria contornos de componente de cultura na experiência de amplas camadas da população (ARAÚJO, 2009b).



A conduta desses agentes conservadores após a Sabinada adquiria novos contornos, sem dúvidas. A rebelião, malgrado não tenha atingido objetivos de transformação mais profundos, provocara estragos. Os grupos dominantes da sociedade baiana, que chegaram a mobilizar-se revolucionariamente em 1821, passara a compreender, sobretudo com a experiências da década de 1830, a imperiosa necessidade de bloquear qualquer possibilidade de que novas rebeliões voltassem a ocorrer nos tempos seguintes. Como já disse em trabalho anterior, acabada a revolta de 1837-1838, não se consolidou uma paz imediata, mas sim uma consciência ainda maior da sua imperiosidade (ARAÚJO, 2009a).

Já fiz essa discussão em outro momento e não a farei novamente aqui, mas apenas vale a pena assinalar que a experiência dessas massas da população nesse momento histórico, sem margem para dúvidas, embora não de forma súbita ou imediata, inibiram paulatinamente a sua capacidade de pensar saídas de natureza revolucionária e agir revolucionariamente nos tempos que se seguiram. Entendo que, para essa massa da população, não seria possível, seja nessa, seja em outras circunstâncias, permanecer indiferente ante a imensa quantidade de mortos, parentes ou amigos, que apodreceram, vários deles, nas ruas do centro da Cidade do Salvador naqueles dias de março de 1838, quando as forças legalistas a reconquistaram.

A derrota da rebelião, carregando consigo essas marcas de destruição e morticínio, ao que se soma a destruição parcial da Cidade pelo incêndio, foi, no entanto, apenas o momento inicial de um processo que seria longo, um processo político e cultural que teria, como efetivamente teve, o desiderato de construir uma situação de paz política na província, uma situação na qual as possibilidades de saídas rebeldes fossem drasticamente reduzidas. Medidas governamentais imediatas ou de médio prazo foram sendo estabelecidas nesse sentido. Possivelmente, cerca de seis a sete mil pessoas, direta ou indiretamente envolvidas na rebelião, foram excluídas da vida cotidiana da Cidade.

Nesse quadro são compreendidos os mortos, os presos, os enviados para Fernando de Noronha, os que perderam os empregos, os mais de mil soldados que foram enviados para lutar fora da província ou servir em alguma outra. Normalmente, as análises sobre esses resultados da Sabinada prendem-se tão somente à percepção da deportação das lideranças, fato de grande relevância. Mas é preciso fazer uma

consideração a respeito desse impressionante número de pessoas que compunham as massas trabalhadoras da Cidade, equivalente a aproximadamente 10% da sua população, pois é de considerar-se que não podemos pensar em mudança cultural sem que avaliemos as mudanças que estejam localizadas em um patamar mais amplo do que aquele correspondente ao dos líderes, numericamente pouco representativos, embora influentes.

Mas essa influência teria de atingir níveis mais abrangentes, mais massivos da população, o que veio a ocorrer na fase posterior à derrota da rebelião. Os anos de 1838 e 1839 foram momentos em que, de maneira consciente, os grupos políticos dominantes na Bahia, não sem divergências internas, passaram a realizar um combate diuturno às rebeliões, agitações, “rusgas”, fossem elas de pretos ou não, um combate a uma cultura, ou a uma aspecto da cultura política que emergiu e se estabeleceu como rotina desde os anos iniciais da década de 1820 e que somente seria superada muitos anos adiante.

A repressão teve o seu momento inicial durante a própria guerra de reconquista, mas seguiu adiante. As prisões subseqüentes, imediatas à reconquista, não somente na Capital, mas também em várias cidades do Recôncavo e até em locais mais distantes, quais foram os casos das perseguições a Higino Pires Gomes, que teria fugido com cerca de 500 homens dias antes do 16 de março, com o suposto intuito de levar a rebelião para outras localidades (ARAÚJO, 2009a, cap. 6); a perda do emprego de muitos dos que permaneceram na Capital durante o tempo do governo rebelde, contrariando ordens do governo deposto de saírem da capital e se dirigirem para ao Recôncavo; por fim, o envio de soldados para fora da Província (ARAÚJO, 2009; SOUZA, 1987).

O que se percebe é que uma parcela não desprezível da população foi atingida de uma forma ou de outra pelas medidas repressivas imediatas ao fim da rebelião, o que me leva a conceber que a derrota política e militar daqueles que se envolveram na rebelião, aliada à repressão posterior, é condição decisiva para a alteração de costumes, para a mudança na forma como essa população que seguiu a sua vida, mirando os escombros de uma cidade que também fora parcialmente incendiada na reconquista, passaria a medir as suas próprias possibilidades de obtenção de vitórias em movimentos que os convocavam ao confronto com as forças legais.

Os anos que se seguiram não amenizaram a vigilância. O aprendizado político

não é só das massas da população, mas também dos grupos dominantes, dos detentores do prestígio e da riqueza, dos que controlavam os periódicos etc. Esse aprendizado foi potencializado pela ocorrência de uma rebelião um tanto quanto inesperada, inconcebível pelo presidente da Província até um dia antes da sua deflagração (KRAAY, 2001). Não havia precedentes na história baiana para o que a Sabinada trouxe em termos de experiência política. Não é comparável ao que ocorrera a 10 de fevereiro de 1821, pois nesse momento anterior, o movimento que destituiu o Conde da Palma, representante de D. João VI na Bahia, por ele nomeado, fora um movimento quase consensual entre as forças políticas sediadas na antiga capitania.

A Sabinada, conquanto tenham participado dela certos grupos de oficiais, inúmeros intelectuais baianos, que podem ser compreendidos como gente de certa expressão e prestígio, teve como base social de apoio, na sua maioria, as camadas pobres da população, pequenos comerciantes, soldados, artesãos etc, ficando de fora, por regra, os grupos dominantes e enriquecidos. Então, foi ela uma rebelião que atentara contra a ordem dominante, colocando em risco a riqueza constituída dos grandes magnatas, malgrado não tenha se espalhado pelas fazendas e engenhos do Recôncavo e dos sertões, a não ser residualmente.

Desse modo, ante o medo que se instalara a partir desse evento, sobre toda a produção de periódicos questionadores que vieram a lume nos anos anteriores a 1837 foi empreendida uma nova percepção. O *Correio Mercantil*, que comandou o processo de combate à cultura rebelde, descreveu bem essa situação anterior. Responsabilizou-a pela instauração de uma situação de descontrole que, dali em diante não poderia mais ser tolerada. Teria sido a permissividade anterior, que liberdades concedera a Sabino e aos seus companheiros, então chamados de incendiários dos prédios públicos, aquilo que terminou por conduzir a Bahia à situação de descalabro e de aventureirismo na qual ela nunca deveria ter adentrado.

Por isso, o remédio deveria ser a perseguição a esses focos de rebeldia, à imprensa, às lideranças, sem mencionar mais alongadamente a ameaça cotidiana que representavam as manifestações culturais e políticas dos africanos após a rebelião malê de 1835. O aprendizado político desses grupos conservadores será revertido em vigilância, em cobrança de medidas ao governo provincial, de atitudes atentas do Chefe de Polícia a certas reuniões e movimentações, em alertas cotidianos feitos pelos jornais

conservadores, sobretudo o *Correio Mercantil*, incansável na denúncia até paranoica de supostos levantes de africanos malês, dos seus batuques, das aglomerações quando dos enterros, mas também de toda e qualquer onda de boatos a respeito rebeliões de soldados, fossem eles do Exército ou de outras corporações.

Para além dessa vigilância contra possíveis rebeliões, a imprensa conservadora fez, ao longo dos anos que se seguiram ao fim da Sabinada, um efetivo combate à imprensa supostamente rebelde, denunciando de forma acintosa e cotidiana os periódicos que, em alguma medida, destoavam da linha de combate conservadora que se estabelecera após o dia 16 de março de 1838, quando a Cidade fora retomada das mãos dos rebeldes. Sobre esses periódicos, vale ressaltar aqui, bem brevemente, que o peso da derrota rebelde foi tão profundo que a sua trajetória de contestação também sofreu alterações ao longo desses anos.

Inicialmente, é preciso dizer que somente jornais de pouca duração se estabeleceram na Bahia entre 1838 e 1843. Isso se tratamos dos oposicionistas, republicanos ou federalistas. Não havia um ambiente propício após o desfecho da rebelião. Já o tratei como uma fase de contrarrevolução anteriormente (ARAÚJO, 2009a, cap. 5). Eram jornais que duravam pouco e tinham formato pequeno, o que servia para que o *Correio Mercantil* os tentasse ridicularizar chamando pejorativamente de “folhas de pequeno formato”. É interessante notar que, na tentativa de escapar das severas condenações que se anunciavam, um dos líderes da rebelião, filho do vice-presidente do governo rebelde, João Carneiro da Silva Rego (Filho), que havia sido Ministro da Justiça, editou um periódico, ainda da prisão, intitulado *Dom Pedro Segundo e a Constituição*. O ano era 1839, antes ainda da Maioridade, e o propósito era, ao que tudo indica, evitar a aplicação de uma sentença de morte sobre ele mesmo e que havia sido prolatada em dois tribunais sucessivamente. Em texto anteriormente publicado (ARAÚJO, 2009b), analisei a aparição de jornais como *O Athleta* e *O Libertador*, cuja publicação ocorreu entre 1839 e 1842, tendo sido perseguidos pela Justiça e pela imprensa conservadora, que pedia a sua punição.

O exemplo de João Carneiro da Silva Rego (Filho) não é algo isolado. Opera-se, naquele momento histórico, uma reviravolta que ainda é preciso ser investigada e melhor discutida. É perfeitamente compreensível, para os que viviam naquela conjuntura, iniciativas ou mudanças que tinham o objetivo de preservar a vida. Outras

pessoas, lideranças maiores ou intermediárias, também passaram a adotar estratégias e caminhos que em tudo ou quase tudo se diferenciavam das antigas práticas rebeldes, buscando oportunidades no interior do Estado ou fora dele.

João Carneiro (Filho), passados os momentos mais agudos da condenação, da anistia e da deportação, que se encerraria, para ele e o seu pai, no ano de 1843, não pode ser considerado como um adesista aos governos monárquicos. Era advogado e atuou profissionalmente na Bahia, tendo, inclusive, defendido jornais rebeldes quando dos processos contra eles movidos por iniciativa governamental. Outros rebeldes de antes também trilharam caminhos parecidos, alterando as suas práticas e reorientando suas definições quanto às formas de resolução das divergências políticas na sociedade da época.

Não há, nas páginas do principal jornal oposicionista estruturado após a rebelião, *O Guaycuru* (ARAÚJO, 2009a; ARAÚJO, 2005), proposições claras de rebelião, embora defendam abertamente ideais como o federalismo, a república e o antilusitanismo. Boa parte dos líderes, assim como ocorreu com a base social da rebelião, fora expulsa da Bahia, e o retorno desses homens somente começou a ocorrer a partir de 1843, alguns somente depois, em 1845.

Um exemplo interessante é o de Alexandre Ferreira do Carmo Sucupira, tenente da então extinta 2ª Linha, que requer e vê negado o seu pedido de retorno para Salvador em 1843, cinco anos após o fim da rebelião. O requerimento foi enviado ao Ministério pelo Presidente da Província da Bahia, acompanhado de uma avaliação sobre o requerente. Nela, o Presidente informa que ouviu o Chefe de Polícia e, após isso, concluiu que “julgo perigosos à tranquilidade pública todos os que se envolveram em revoluções e foram anistiados”, e que “sendo o Suplicante um dos que tem entrado em todas as que tem havido nesta Província”, considera recomenda, por fim, a temeridade de se aceitar o seu retorno para a capital da Bahia.<sup>1</sup>

O ano era o de 1843 e ainda estava em processo o propósito oficial de extinguir as rebeliões na Província. Para isso, era fundamental impedir, o mais longamente possível, o retorno dos deportados em função da Lei de Anistia de 1840. Sucupira somente foi autorizado a retornar em 1845,<sup>2</sup> embora outros rebeldes, como os Silva

---

<sup>1</sup>APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 687.

<sup>2</sup>Nova informação sobre requerimento em APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 892.

Rego, pai e filho, já houvessem chegado à Capital em 1843. Estava em jogo, naquele momento, a política de consolidação de uma paz política. Para isso, o afastamento dos líderes mais radicalizados era ainda necessidade premente. Quando começarem a retornar, sobretudo a partir de 1845, o ambiente político estava já bastante modificado e não havia, possivelmente, condições ou ânimo mais profundo para que processos mais amplos de luta pudessem ser colocados na pauta da vida política. Estava em curso, em razão dos fatores elencados, uma alteração comportamental que envolveria muitos dos líderes. Não o abandono de princípios ou programas, mas sobretudo alterações nas concepções e formas de luta para atingir esses objetivos.

#### BIBLIOGRAFIA:

SILVA, Ignácio de Cerqueira e Silva. *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*, 4 vols., edição anotada por Braz do Amaral, Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1919-1940, vol. 4.

ARAÚJO, Dilton Oliveira. *O tutu da Bahia: Transição conservadora e formação da nação, 1838-1850*. Salvador: EDUFBA, 2009a.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. “Política e imprensa na Bahia no período pós-Sabinada”. In: FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito & CORRÊA, Maria Letícia (Org.). *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 121-144, 2009b.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. “A imprensa e a contrarrevolução na Bahia”. In: *História da Bahia. Revista da Fundação Pedro Calmon. Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, nº. 9, dezembro de 2005, p. 18-24.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. “Rebeldes e rebeldias na Bahia do século XIX”. In: *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004, nº. 20, p. 103-120.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. “A política dos homens de cor no tempo da independência”. In: *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Editora Universitária, 2001a.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A guerra da Bahia*. Salvador: CEAO/UFBA, 2001b.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. “1846: um ano na rota Bahia-Lagos. Negócios, negociantes e outros parceiros”. In: *Afro-Ásia*. Salvador: UFBA/Centro de Estudos Afro-Orientais, nº. 21-22, 1998-1999.

ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial. Bahia, 1831-1833*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1995 (mimeo).

BERNARDES, Dênis Antonio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco*,

1820-1822. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Recife: UFPE, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão (em português)*. 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império. História do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec; Salvador-BA: EDUFBA, 1996.

JANCSÓ, István. “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (vol. 1), p. 387-437.

KRAAY, Handrik. “‘Tão assustadora quanto inesperada’. A Sabinada Baiana, 1837-1838”. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, v. 96, p. 327-357, 2001.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: HUCITEC/PAPESP, 2002.

PINHO, Wanderley de. “Bahia: 1808-1850”. In: Sérgio Buarque de Hollanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*. 5ª. ed. São Paulo: DIFEL, 1972, tomo II, vol. 2, p. 242-311.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José. “O jogo duro do Dois de Julho: o partido negro na independência da Bahia”. In: SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*/Eduardo Silva, João José Reis. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 79-98.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Paulo César. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TAVARES, Luis Henrique Dias. “O levante dos Periquitos”. In: Da sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia. Salvador: EDUFBA; Campinas: Unesp, 2003, p. 188-252.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da sedição intentada: A Conspiração dos Alfaiates*. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1975.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *A independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.

VIANNA Filho, Luiz. *A Sabinada. A República baiana de 1837*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.